



CONTRIBUIÇÕES DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL PARA O PROCESSO INCLUSIVO

Sonia Azevedo de Medeiros

Centro de Reabilitação Prof^ª Wilde Santos de Medeiros

soniamedeirosjs@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho descreve sobre as Contribuições da Sala de Recursos Multifuncional para o Processo Inclusivo. Esta pesquisa mostra a importância das salas adaptadas para as crianças que têm alguma deficiência ou necessidades educativas especiais para o seu melhor desenvolvimento. Percebe-se que ainda existe um longo caminho para percorrer rumo à efetivação de um sistema educacional inclusivo. O trabalho de intervenção desenvolveu-se com o objetivo de discutir a inclusão dos alunos, mostrando que todas as crianças têm direitos iguais, independente de suas limitações. O método utilizado nesta pesquisa foi descritivo, observação e aplicação de questionários para subsidiar coleta e análise de dados. Para o desenvolvimento desta pesquisa trabalhou-se com os teóricos: Baptista (2011), Bueno (1999), Oliveira (1997). Constatou-se que a educação é capaz de formar esse profissional/indivíduo, que não pode ser mais baseada na instrução que o professor transmite ao aluno, mas na construção do conhecimento pelo aluno e no desenvolvimento dessas novas competências. Então, faz-se necessário que os docentes possam trabalhar com essas novas tecnologias de adaptação e busquem capacitação para uma melhor atuação profissional.

Palavras chave: Processo inclusivo, Salas multifuncionais, Educação, Professor.

INTRODUÇÃO

A função da Sala de recursos multifuncionais é facilitar a acessibilidade do aluno com recursos tecnológicos adaptados, considerando suas necessidades específicas, trabalhando a inclusão dos mesmos. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia à independência na escola e fora dela.

Assim, cabe perguntar se como a implantação das Salas multifuncionais pode contribuir para a efetivação da política inclusiva nas escolas e assim ampliar o conhecimento do aluno para desenvolver suas atividades educativas com mais autonomia. O problema a ser aplicado ao trabalho, aqui proposto, trata-se da inserção dos novos métodos que as salas multifuncionais oferecem para as crianças com deficiências ou necessidades educacionais especiais, onde a mesma não tem a proposta de substituir o ensino da sala de aula comum, e sim complementar e ajudar o aluno no seu desenvolvimento.

Desse modo, esta pesquisa traz como proposta entender as questões que envolvem a importância das Contribuições da Sala de Recursos Multifuncional para o Processo Inclusivo que



é o tema deste trabalho. O tema foi escolhido pelo interesse e vontade de se obter uma compreensão mais ampla sobre o AEE (Atendimento Educacional Especializado) e a sua importância e necessidade na vida da criança com deficiência para o seu desenvolvimento.

A intervenção se realizou em uma escola Pública Municipal com alunos da educação infantil envolvendo-os em atividades na sala de recursos multifuncionais que há na escola. O trabalho proporcionou às crianças momentos de prazer e alegria na sala, pois as atividades planejadas foram de acordo com as necessidades dos alunos com deficiência, levando em consideração suas limitações a cada atividade realizada.

Posto isso, pretende-se com este trabalho provocar uma reflexão sobre a educação inclusiva e os seus diversos recursos didáticos. Espera-se que a sociedade compreenda a importância que têm as salas de recursos multifuncionais para o processo educacional inclusivo.

1 O PROCESSO INCLUSIVO FRENTE ÀS DEMANDAS SOCIAIS

A educação inclusiva entende-se por incluir em sala de aula alunos portadores de qualquer tipo de deficiência, transtornos globais, onde estes devem ter um desenvolvimento e uma interação de forma positiva com os demais alunos da escola regular, garantindo assim o seu aprendizado.

Portanto, a proposta de inclusão fundamenta-se em uma filosofia que possibilita a construção e o desenvolvimento dos alunos de igual para igual, oferecendo a todos atendimento educacional especializado, objetivando oportunizar o acesso e a permanência de alunos com necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro.

1.1 TECNOLOGIA ASSISTIVA: INDISPENSÁVEL NOS DIAS ATUAIS

A aplicação de novas tecnologias na educação especial é muito importante para a realização das atividades cotidianas das pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou incapacidades advindas do envelhecimento. É indiscutível que cada vez mais esse tipo de ferramenta seja utilizado nas escolas para o melhor desenvolvimento das atividades educacionais dos alunos. Dessa forma, busca-se integrar essas pessoas na sociedade, promovendo também a inclusão social das mesmas.

A tecnologia Assistiva – TA é subdividida em modalidades distintas, que formam áreas



de especialização, desenvolvimento e prestação de serviço. Algumas das modalidades serão fundamentais para a implementação da política de educação inclusiva em nosso país.

É interessante notar que, depois dessa regulamentação, a pessoa com deficiência passa a ter direitos e deveres como qualquer cidadão de bem, e, também, a receber o benefício do seu governo, e todo o suporte que os mesmos necessitam para ter uma vida com mais independência. Assim, a pessoa com deficiência poderá viver na sociedade sem qualquer tipo de discriminação, pois existem vários recursos que o favorecem, trazendo resultados positivos para sua vida.

Nesse sentido, existe um número incontável de possibilidades, de recursos simples e de fácil acesso, que podem e devem ser disponibilizados nas salas de aula inclusivas, conforme as necessidades específicas de cada aluno com necessidades educacionais especiais presentes nessas salas, para o seu melhor desenvolvimento nas atividades propostas.

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia a dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (MANZINI, 2005, p. 82).

O atendimento Educacional Especializado - AEE e o serviço de Tecnologia Assistiva – TA, destinados aos alunos com necessidades educacionais especiais incluídos nas classes comuns da rede regular de ensino podem ser também oferecidos em Instituições Especializadas conveniadas:

Os sistemas de ensino deverão organizar os espaços, recursos e serviços que compõem o atendimento educacional especializado. Este deve ser realizado, preferencialmente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola de ensino regular, onde o aluno esteja matriculado. Na impossibilidade de ser realizado na escola comum da rede regular, o atendimento poderá ser realizado em centros ou escolas especiais, ou ainda em classes hospitalares e na residência do próprio aluno (MEC, 2006, p.77).

Nessa concepção, o aluno tem direito a esse atendimento especializado, com um profissional capacitado para atendê-lo e desenvolver as atividades escolares de forma que o mesmo sinta-se satisfeito, trabalhando também a inclusão social, pois é dever e de inteira responsabilidade da escola suprir as necessidades sejam elas quais forem e onde estas estejam.



Nesse sentido, a instituição de ensino precisa se adaptar ao mesmo para atender a suas limitações independentemente de qual for sua necessidade.

Nesse sentido, é preciso a adaptação, com certa urgência, de práticas de ensino que busquem melhorar a qualidade do que está sendo ofertado aos educandos. Todo esse movimento exige uma orientação aos docentes para o uso de novos métodos, com o principal objetivo de contribuir de forma positiva na vida dos educandos.

1.2 AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: MECANISMO NECESSÁRIO AO PROCESSO INCLUSIVO

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da execução.

A função da Sala de Recursos Multifuncionais é facilitar a acessibilidade do aluno com recursos tecnológicos adaptados, considerando suas necessidades específicas, trabalhando a inclusão nos aspectos político, cultural e social-pedagógico, em defesa de todos os alunos, estando assim juntos aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação.

No entanto, as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento que deve ser ofertado em horário contrário à aula, complementa ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e à independência na escola e fora dela.

São disponibilizados para as salas de recursos multifuncionais materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a realização de atendimento educacional especializado – AEE, que tem como objetivo complementar a escolarização, atender às dificuldades dos alunos deficientes, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação. O ensino deve ser pautado na qualidade, para que os mesmos tenham condições de acesso e participação na aprendizagem. Matriculados nas salas de aula comuns do ensino regular, recebem também um conjunto de materiais eletrônicos de informática como computadores, televisão e também a parte de mobiliários, materiais didáticos e jogos pedagógicos de acessibilidade, como também um professor para atuar no AEE.



As salas de recursos Multifuncionais são designadas Tipo I e II e são construídas de equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos diversos. A escolha do tipo de sala que será implantada em cada escola é definida pelo MEC e baseada nos relatórios enviados pela escola, de acordo com a necessidade dos alunos e o tipo de deficiência que eles possuem.

Enfim, esses equipamentos e as capacitações dos professores que irão atuar nas salas de AEE são de responsabilidade do Ministério da Educação; já as instalações, a estrutura física e as condições de trabalho desses professores atuarem, fazem parte da contrapartida do gestor do município ou do Estado que recebe estas salas. O objetivo é que todas as escolas, que têm alunos com necessidades especiais matriculados, recebam estas salas e os educandos esses atendimentos.

1.3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O AEE é aquele no qual o aluno passa por uma avaliação psicológica através do psicólogo e do psicopedagogo diagnosticando a CID (Classificação Internacional de Doenças) da sua deficiência; sendo assim diagnosticado, o aluno é encaminhado para uma sala multifuncional onde deve ser trabalhado pelo professor especializado na escola ou em outro órgão da saúde do seu município.

É obrigatório o ensino municipal ser parceiro da saúde, atendendo a todas as necessidades educacionais especiais diagnosticadas na rede regular de ensino, como também pode ser oferecida fora da cidade, em municípios polos.

Assim, a escola regular tem como objetivo construir conhecimentos nos alunos com deficiência, respeitando suas limitações naturais para alcançar seus objetivos. As ações educacionais são definidas conforme o tipo de deficiência que cada aluno possui. O aluno diagnosticado com deficiência intelectual tem dificuldade de clareza, dificuldade de aprendizado, e comprometimento do comportamento.

Segundo Vygotsky (1994, p. 26):

O estado de desenvolvimento mental de uma pessoa não pode ser definido apenas pelas respostas que a pessoa dá. Essas respostas podem contribuir para inferir o nível de desenvolvimento real, mas não são suficientes para determinar o estado de desenvolvimento mental. Esse estado só pode ser determinado se forem revelados o nível de desenvolvimento real, e a zona de desenvolvimento proximal. O desenvolvimento mental retrospectivo e prospectivo.



Partindo-se desse ponto, é importante destacar que o aluno para ser diagnosticado com alguma deficiência tem que passar por atendimentos psicológicos, com psicopedagogos, neuropediatras e outros profissionais para saber se se trata de uma deficiência ou apenas obstáculos que podem ser superados.

1.4 POSSIBILIDADES DE ATENDIMENTO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

As salas de Recursos eram organizadas por deficiência, o que difere das Salas de Recursos Multifuncional em que todos os alunos, público-alvo da educação especial, são atendidos; alunos com deficiência sensorial, física e intelectual, alunos com transtornos globais de desenvolvimento, alunos com altas habilidades e/ou superdotação.

No atendimento educacional especializado o professor irá identificar as dificuldades dos alunos, as barreiras que eles enfrentam no dia a dia no ensino- aprendizagem, o que o impede e limita de desenvolver as atividades no contexto escolar. Sendo diagnosticado o “problema” do aluno, o professor vai pesquisar e utilizar a melhor forma de trabalhar as habilidades dos mesmos, desenvolvendo cada vez mais suas participações nas atividades propostas.

Entretanto, o atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais é realizado no contra turno da aula, são desenvolvidas várias atividades que auxiliam na capacitação e aprendizagem do aluno, e tem como objetivo trabalhar e propiciar as capacidades do aluno com deficiência para que o mesmo possa construir seu próprio aprendizado, eliminando as barreiras encontradas ao longo do caminho no contexto educacional.

A avaliação deve buscar entender o processo de cada criança, assim a criança com necessidades educacionais especiais é avaliada de forma continuada. Diante das dificuldades, o educador precisa procurar observar e entender o que as crianças fazem. Partindo desse pressuposto, atribuírem significados por alunos do AEE para que sejam trabalhados nas situações vivenciadas.

2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A sala de recursos multifuncional é importante para a criança que apresenta deficiência, dispondo de materiais pedagógicos e de acessibilidade, tendo um atendimento educacional



especializado para suprir as necessidades das crianças que têm deficiência intelectual, física, neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento (autismo clássico, síndromes de Asperger e de Rett, psicose) ou transtornos funcionais específicos, que envolvem distúrbios de aprendizagem (dislexia, discalculia, disgrafia, disortografia), transtornos do déficit de atenção e hiperatividade.

Também são atendidos alunos com superdotação matriculados nas classes comuns do ensino regular. Além de conhecimento e informações, é importante a conscientização dos direitos dos alunos quanto as suas necessidades educacionais para entender e respeitar a deficiência de cada aluno, mas não deixando de acreditar no potencial que cada um tem, pois todos têm a capacidade de desenvolver muitas atividades, e a sala de recursos multifuncionais dispõe de suporte peculiar para suprir as necessidades dos mesmos no seu desenvolvimento.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A intervenção foi realizada numa escola municipal, situada na zona urbana, do município de Jardim do Seridó, localizado na região do Seridó/RN. No que diz respeito aos recursos físicos da Escola, esta encontra-se adaptada as necessidades dos seus alunos. Conta com sala de recursos que atendem a aproximadamente 50 crianças nos dois turnos.

No tocante à Clientela, existem alunos da zona rural e urbana que estão matriculados do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, nos turnos matutino e vespertino. Conta na sala de recursos com dois professores capacitados pelo Ministério de educação que estão atendendo netsa sal desdeo ano de 2004.

4.2 METODOLOGIA

Atualmente a sociedade vive um paradigma chamado inclusão, onde busca cada vez mais trabalhar para que portadores de deficiência sejam inseridos na sociedade. Assim, é de suma importância que a escola, uma instituição de ensino, e também parte da sociedade estejam alerta às mudanças sociais e a suas influências.

A intervenção foi desenvolvida visando identificar quais os conhecimentos prévios dos Professores em relação aos equipamentos adaptados para trabalhar com as pessoas com deficiência, e de que forma esses recursos vão contribuir para a vida do educando. Ainda se procurou refletir se o educador que trabalha na sala de recursos multifuncional tem formação específica para atuar nestas áreas, como também quais metodologias são usadas.



Ainda se procurou verificar através de uma questionários, envolvendo educandos, coordenação pedagógica e um membro do corpo docente, acerca das aulas utilizando os recursos que a instituição dispõe para o desenvolvimento dos alunos.

Iniciou-se o processo de intervenção com um conversa com a coordenação a fim de saber se a estrutura física e os recursos da sala multifuncional atendem às necessidades da escola; se o educador da referida sala tem a clara visão da importância das aulas no ensino- aprendizagem; qual o relacionamento interdisciplinar da sala de aula comum com os recursos multifuncionais; quais as metodologias aplicadas e como os alunos estão interagindo com esses conteúdos diante de suas dificuldades.

Na entrevista com a docente da sala multifuncional se buscou investigar qual seria o desejo que os alunos tinham em aprender através das ferramentas oferecidas, tais como: o computador de 32” que é adequado para a criança com baixa visão. A professora relatou que pelo menos uma vez por semana os mesmos têm aulas com o computador e que ficam ansiosos para utilizar a internet; em seguida foi observado o aluno realizando uma atividade para trabalhar a coordenação motora.

É indiscutível a necessidade crescente do uso de computadores pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar, para que possam, estar atualizados em relação às novas tecnologias da informação e se instrumentalizarem para as demandas sociais presentes e futuras (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2001, p. 104).

Esse trabalho objetiva incentivar e ampliar o desenvolvimento do aluno usando recursos tecnológicos, trabalhando a inclusão e mostrando que todos têm direitos iguais independente da sua deficiência, utilizando os recursos adaptados para o melhor ensino- aprendizagem e mostrar os benefícios de cada aparelho para sua formação, valorizando o potencial que cada educando possui.

Percebeu-se ainda que os alunos são atendidos individualmente ou em dupla, dependendo do nível escolar de cada um, onde são realizadas atividades dependendo da sua deficiência, transtorno global do desenvolvimento, superdotação, dentre outras.

De acordo com Batista (2005, p. 25):



É importante esclarecer que o Atendimento Educacional Especializado não é ensino particular, nem reforço escolar. Ele pode ser realizado em grupos, porém com atenção para as formas específicas de cada aluno se relacionar com o saber. Isso também não implica atender a esses alunos, formando grupos homogêneos com o mesmo tipo de problema (patologias) e/ou desenvolvimento. Pelo contrário, os grupos devem se constituir obrigatoriamente por alunos da mesma faixa etária e em vários níveis do processo de conhecimento.

Nessa concepção, pode-se observar que o AEE é importante, e que os alunos podem ser atendidos com os demais independentes de sua deficiência, formando grupos homogêneos e sendo da mesma faixa etária.

Para execução de tais atividades foi disponibilizada a Sala de Recursos Multifuncional da Escola, onde foi atendido um aluno por vez no turno vespertino, pois o mesmo tinha a idade de 06 (seis) anos, do sexo masculino, sendo ele morador do mesmo bairro do endereço da escola.

Nesse sentido, a intervenção proporcionou aliar a teoria à prática, desenvolvendo competências e habilidades necessárias à formação profissional e à vida pessoal, entendendo o quanto é importante esses equipamentos para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem do aluno.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NOS QUESTIONÁRIOS: TEORICIZANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Diante das observações destacadas no tópico anterior, optou-se por trabalhar com a aplicação de questionários a alguns funcionários da referida escola. Participaram desta pesquisa a professora da sala de recursos (P. AEE) e uma educadora da sala comum (P. C), já que esta tem discentes que frequentam os atendimentos especializados.

É de suma importância que o profissional de AEE procure sempre especializações além da graduação, para atender a sua clientela com deficiência e desenvolver novas metodologias; porém, muitas vezes o município não oferece o devido suporte para esses profissionais, tornando mais difícil ainda o seu trabalho com os alunos.

Em relação ao segundo questionamento, foi feita a pergunta apenas para a (P.A.E.E.) que diz: Como são realizados os atendimentos na Sala de Recursos multifuncionais, e qual a faixa etária?



Em dupla ou, individualmente, duas vezes por semana com duração de 50 minutos/aula. Não tem faixa etária, pois, o público-alvo são pessoas que possuem algum tipo de deficiência, com transtornos Globais, superdotação.

Sobre a terceira pergunta, optou-se em destacar a seguinte questão: quais dificuldades são encontradas na Prática Pedagógica dos professores para trabalhar com esses alunos? “O grande número de alunos para um só professor, pois, cada sala de aula deveria ter um professor auxiliar para nos ajudar, para que o aluno com deficiência possa acompanhar os demais” (P.C.); já (P.A.E.E.) disse que não tem dificuldades, pois há 12 anos leciona nessa área, porém a mesma destaca a questão da formação dos professores que deixa muito a desejar por parte do município.

É importante destacar que o professor da sala comum não consegue atender todo o seu alunado que tem deficiência na escola. Então como o mesmo irá desenvolver todas as demandas propostas? Segundo Baptista (2011, p. 5),

O desafio, portanto, evocado quando afirmei que essa perspectiva seria mais rica e mais desafiadora, está predominantemente associado à dimensão da formação (como formar esse novo profissional que ainda não existe?) e à requalificação (trata-se de uma tarefa para qual devemos contar com profissionais que existem e que estão em campo, mas que devem construir capacidades que possivelmente ainda lhe são estranhas).

A formação é de suma importância para o profissional da área de ensino, quando fala que a requalificação é transformar e desenvolver novas condições de trabalho para que o professor sobrecarregado como um grande número de alunos, aprenda a desenvolver sua prática de ensino-aprendizagem da melhor forma possível.

O quarto questionamento foi feito a (P.C): qual sua opinião sobre o Processo Inclusivo? “O Sonho de todo educador é que essa lei funcione e saia do papel, pois de que adianta na teoria dizer que a educação infantil é um direito de toda criança e uma Obrigação do Estado se é sabido que muitas vezes o Estado oferece uma educação precária e de péssima qualidade? Sabe-se que há verba, mas o que falta é o interesse por parte deles.”

Perguntado a (P.A.E.E.) Quais são os maiores benefícios em oferecer o A.E.E. ? Esta ressalta que:

Crescimento dos alunos no tocante a construção das aprendizagens, é gratificante vermos como os mesmos vão se desenvolvendo no decorrer das aulas. Por isso o



Atendimento Educacional Especializado é de suma importância para o desenvolvimento dos alunos com deficiências educacionais especiais.

A Resolução nº 4 (BRASIL, 2009) também reforça a proposta do ensino especial não mais substituir o ensino comum, como consta no Art. 2º (p. 01).

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Os entrevistados deixam claro de que a proposta das Salas Multifuncionais é complementar e não substitui a sala comum, pois a mesma abre um leque de oportunidades para o desenvolvimento da prática Pedagógica, tanto na sala de aula comum quanto na sala de AEE, propiciando muitos conhecimentos e despertando interesses e sentimentos por esses meios utilizados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar é algo amplamente discutido nos dias atuais. Não é mais possível deixar que essa questão passe despercebida diante da presença cada vez mais constante de novos meios tecnológicos na sociedade.

Portanto, conhecer e dominar os recursos das salas multifuncionais é de grande importância para o convívio e inteiração social. A escola não pode se manter distante dessa realidade, ao contrário, deve ser o ambiente propiciador na aquisição dessa nova etapa. Já que se sabe que existem muitas leis que apoiam e incentivam a inclusão, mas sabendo que tem um grande público desfavorecido no que diz respeito a esse aspecto.

A dificuldade em dominar o vocabulário e utilizar os recursos da sala multifuncional torna-se uma das principais barreiras para o desenvolvimento dos deficientes no que diz respeito a essas novas tecnologias. No entanto, nenhum docente envolvido em processos educativos pode desconsiderar a importância destas metodologias aplicadas no atendimento especializado.

O Atendimento Especializado permite superar muitas limitações da sala de aula regular, contribuirá para a busca do saber à medida que representa em pressupostos, tais como educar para a incerteza, para se tornar uma criança independente, para conviver na sociedade de forma inclusiva. A Sala de Recursos Multifuncional contribui para o desenvolvimento cognitivo, social



e afetivo, facilitando a acessibilidade do aluno com recursos tecnológicos adaptados, considerando suas necessidades específicas e trabalhando a inclusão dos mesmos.

Nestes aspectos, esta pesquisa mostra-se como um meio capaz de mobilizar a reflexão dos educadores, pais e gestores das escolas para que juntos possam encaminhar, atender e divulgar ao público-alvo do AEE as suas reais possibilidades, garantindo, assim, a oferta de um ensino inclusivo, capaz de superar as barreiras do preconceito e da desigualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental/ Cristina Abranches Mota Batista, Maria Tereza Egler Mantoan. Brasília: MEC, SEESP. 2005.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: para além do AEE. In: IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial. 2011, (CDROM), 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2006.

_____. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade_ Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

_____. Ministério DA Educação; **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília:MEC/Secretaria de Educação Básica; 2006. http://www.iesad.com.br/publicacoes_exibir.php?codigo=27.

MANZINI, E. J, 2005.. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/ MEC.

VYGOTSKY,L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5. Ed. São Paulo: Martins Fonte, 1994. Direito a educação: Subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais/ [et. Al.]- Brasília: Mec, SEESP,2004.

